



Agenda de pesquisa para contabilidade aplicada ao setor público

Larissa Jesus de Castro Mendes

Instituição: Universidade Federal do Piauí – UFPI

E-mail: larissa.j.lara24@gmail.com

Milka Ravena de Alencar Sousa

Instituição: Universidade Federal do Piauí – UFPI

E-mail: milkaravenadealencar@gmail.com

Iane Rodrigues de Carvalho Moura

Instituição: Universidade Federal do Piauí – UFPI

E-mail: milkaravenadealencar@gmail.com

INTRODUÇÃO

A contabilidade pública, em anuência com o que afirma Castro (2015) é dita como a base mais segura da informação financeira, suporte da posição patrimonial e controle da informação orçamentária em todas as suas fases.

A sua obrigatoriedade se fez presente a partir da vigência da lei 4.320/1964, também conhecida como Lei das Finanças Públicas. Depois disso, o momento mais significativo em relação à Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) foi no ano de 2008 com o reordenamento da CASP (Vega *et al*,2015).

Em 2013, a Portaria nº 634 instituiu o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis. Formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais, o PCASP permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (STN, 2020)

Diante do contexto evolutivo apresentado, surge a seguinte questão de pesquisa: **Qual a agenda de pesquisa apontada na temática Contabilidade aplicada ao setor público pelo 21º USP International Conference in Accounting, no ano de 2021?**

Para tanto, objetiva-se por meio de revisão análise de conteúdo, coletar a recomendações e sugestões de pesquisa nos trabalhos do 21º USP International Conference in Accounting, evento relevante e de âmbito internacional que acontece todos os anos no Brasil e assim se estabelecer uma agenda de para futuras pesquisas.

Por ser um assunto relevante, acredita-se que o estudo seja importante pois busca evidenciar um mapeamento e análise do tema além de servir de fonte de pesquisa condução de novos trabalhos na área da Contabilidade Pública.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Evolução da Contabilidade aplicada ao setor público no Brasil

No Brasil, os primeiros indícios de Contabilidade Pública vieram a surgir com a instalação da família Real, por volta de 1808 (Reis e Silva 2007). O Alvará de 28 de junho de 1808, editado pelo Príncipe Regente, Dom Pedro I, criou o erário régio e o Concelho da

Fazenda visando a administração, arrecadação e distribuição dos recursos públicos, visando garantir o bem do trono e de seus vassallos. (Brasil, 1808).

Ademais, em 28 de janeiro de 1922 foi publicado o Decreto nº 4.536 que objetivava a Organização do Código de Contabilidade da União. Este era um normativo que modificou a contabilidade pública até então conhecida estabelecendo e firmando conceitos como o de exercício financeiro, receita e despesa pública, bens públicos, dentre outros.

Em 17 de Março de 1964, foi promulgada a lei 4.320, que até atualmente é vista como um manual quando tratamos da contabilidade governamental. As mudanças advindas da globalização acabaram por influenciar fortemente vários aspectos sociais, inclusive refletiram no mercado e ações. Intitulada Lei dos Orçamentos Públicos esse normativo foi considerado um marco e representa uma verdadeira ascensão na perspectiva pública.

A evolução da contabilidade pública caminha para um constante aperfeiçoamento desde a LRF, Lei Complementar nº 101 de 2000, que trouxe regras orçamentárias no que tange a boa gestão do dinheiro público (GOMES, 2016). O intuito, para além do equilíbrio fiscal e economia dos recursos públicos, é o de gerir as aplicações de forma a gerar benefícios a sociedade. (SACRAMENTO, 2005)

Em face da convergência aos padrões internacionais, as Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCT-SP) tiveram início da sua vigência no país no ano de 2008 emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), dentre seus objetivos estão o de alinhar as práticas de contabilidade aplicada no setor público ao modelo internacional, medir o efeito das políticas públicas, dispor aos gestores informações de cunho gerencial, dentre outros.

A Portaria/MF nº. 184 de 25 de agosto de 2008 versa “sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”. (GOMES, 2016)

Além disso, a fim de colaborar com o processo de execução e elaboração do Orçamento Público, foi criado o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), uma iniciativa conjunta do Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis, formado por representantes de todas as unidades federativas do Brasil.

2.2. Funções e Objetivos da Contabilidade Pública

A contabilidade pública pode ser entendida como o ramo da ciência contábil que sistematiza, registra e gera informações a partir da ocorrência de atos e fatos contábeis, interligando aspectos de natureza financeira, patrimonial, orçamentária e de controle do patrimônio público (SILVA; CERQUEIRA, 2020).

Somado a isso, Ulbra (2009) enfatiza que contabilidade é quem fornece os dados e informações corretas de que o gestor necessita para embasar suas escolhas e decisões, através de relatórios, que também são conhecidos como demonstrações contábeis.

Cabe ressaltar que existem três tipos de usuários das informações da Contabilidade Pública, de acordo com o *Governmental Accounting Standards Boards* (GASB), são eles: o cidadão, os membros do Legislativo e os investidores/credores.

A CASP fornece informações confiáveis sobre o patrimônio da entidade pública, analisando e controlando não apenas o aspecto material do patrimônio, mas também sob a ótica financeira e econômica, acompanhando inclusive a execução do orçamento público (Lei Orçamentária Anual), demonstrando as mutações ocorridas e os resultados obtidos em determinado período. (SILVA; CERQUEIRA, 2020).

Além disso, de acordo com Mello (2008), a contabilidade pública exerce a função de prever, escriturar, controlar, analisar e interpretar os atos e fatos da gestão pública.

O objetivo geral da CASP é estabelecer normas e procedimentos para o registro das operações do setor público e permitir a consolidação das contas públicas nacionais. (SILVA; CERQUEIRA, 2020).

Para atender a sua finalidade, foram instituídos normativos visando atender as demandas do setor público, de forma a instituir a Contabilidade em sua plenitude. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é um desses.

O objetivo principal para a maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores (objetivo das entidades inseridas na contabilidade societária). Assim, esses serviços incluem, por exemplo: programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e defesa nacional (MCASP, 2018).

Logo, detivemos a certeza de que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é essencial, pois ela está presente de forma decisória dentro do processo de gestão pública, auxiliando e direcionando a sociedade em diversos módulos, reduzindo custos, priorizando a

tomada de decisão assertiva, harmonizando as demonstrações contábeis nacionais com as internacionais, criando e validando documentos contábeis, e por fim, equilibrando as contas públicas.

3. METODOLOGIA

O estudo ora retratado trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo. Segundo Silva; Menezes (2005) a pesquisa qualitativa possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas sim no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo.

Foi realizada uma pesquisa através do site oficial da universidade de São Paulo (USP). Nele obtivemos acesso ao USP *International Conference in Accounting*, onde foram coletados os artigos científicos aqui retratados.

Para a delimitação da busca foram aplicados filtros na Área Temática- Área V- Contabilidade Governamental e Terceiro Setor, e em relação ao ano da busca. Buscando uma maior assertividade descartamos os artigos que tratavam do terceiro setor e analisamos apenas aqueles cuja temática pôs em foco a contabilidade governamental, ou contabilidade aplicada ao setor público.

Foram utilizados, com o pressuposto de embasamento da pesquisa, os artigos científicos encontrados no ano de 2021, detalhados na tabela 1. Foram elencados 15 trabalhos científicos, em acordo com a limitação da agenda de pesquisa, 4 foram excluídos para fins de análise, já que não apontavam sugestões para estudos futuros.

Com base nesses dados foram feitos quadros para uma melhor visualização da análise levantada trazendo assim o resultado final de recuperação dos artigos estudados.

Tabela 1- Delimitação de busca.

Período	Base	String de busca	Analisados
2021	21° USP International Conference in Accounting	(Anais (21° USP International Conference in Accounting) e (Área Temática (Área V: Contabilidade Governamental e Terceiro Setor)) e Pesquisar).	11 Artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As informações utilizadas nesse estudo foram retiradas do ano 2021 e foram necessárias para realizar uma amostragem relativa à Agenda de Pesquisa. A seguir foi representada a amostragem referente ao ano de 2021.

Quadro 1-Publicações em 2021- 21º International Conference in Accounting.

Título	Autores	Palavras-chave
Adoção das IPSAS pelo Setor Público: uma análise do processo na Prefeitura Municipal de Vitória (ES)	Rodrigo Santos da Mata; José Márcio Barcelos Muniz	Contabilidade Pública, IPSAS, Procedimentos Contábeis Patrimoniais
Reflexos da Adoção de Mecanismos de Gestão de Riscos Financeiros nas Empresas com Terceirização de Mão de Obra na Administração Pública	Duanne Emanuel Leal Guimarães; Cristiano Sausen Soares	Prestadoras de serviços terceirizados, Gestão de riscos, Gestão financeira
Governança Universitária: Criação, Contribuições e Desafios da Secretaria de Governança na Universidade Federal do Ceará	Larissa Fidélis Soares; Marina Miranda Felismino Cleyton Bonilha Bravo; Ana Paula Silva dos Santos Nobre; Alessandra Carvalho de Vasconcelos	Administração pública, Gestão universitária, Governança universitária
Avaliação do gerenciamento de riscos corporativos nos Tribunais de Justiça do Brasil, a luz do modelo COSO-ERM	Túlio Felix Silva Oliveira; Jeronymo José Libonati	COSO-ERM, Gerenciamento de Riscos Corporativos, Tribunais de Justiça Estaduais Brasileiros
Governança nas Universidades Federais: Um Estudo da Eficácia das Auditorias Internas sob o Enfoque Institucional e Teoria da Agência	Lyndon Jhonson Soares dos Santos; João Inocêncio Junior; Maurício Assuero Lima de Freitas; Márcia Ferreira Neves Tavares	Eficácia, Auditorias Internas Governamentais, Universidades Federais
Efeitos políticos na descontinuidade do orçamento participativo em municípios	Ricardo Rocha de Azevedo; Ricardo Lopes Cardoso; Armando Santos Moreira da Cunha	Orçamento participativo, Associativismo, Efeitos Políticos, Ideologia política
Avaliação do impacto dos recursos para a gestão na obtenção de receita tributária pelos municípios brasileiros	Isabelle Ribeiro Rodrigues; Amaury José Rezende; Flavia Zoboli Dalmácio	Receita Tributária, Gestão Municipal, ISS, IPTU, ITBI
Nível de eficiência dos estados brasileiros na alocação de gastos públicos para a geração de educação	Marilene Feitosa Soares	Eficiência, Gastos Públicos, Educação, RCPG
Aderência dos Municípios do Rio Grande do Sul ao Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)	Fabício Natanael Martha; Márcia Bianchi; Lauren Dal Bem Venturini; Vanessa Noguez Machado	Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Convergência, Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
Quais fatores influenciam na Eficiência Judicial? Uma análise dos Tribunais de Justiça estaduais brasileiros	Túlio Ricardo dos Santos Tenório; Fernando Gentil de Souza	Desempenho do Setor Público, Determinantes da Eficiência, Justiça Estadual Brasileira, Gestão Judicial.
Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES): Uma Análise Preliminar dos Planos de Gestão de Logística	Ana Caroline de Sousa Barros; Nayara Aline de Souza; Josué de Lima Carvalho;	Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), Institutos Federais, Práticas Sustentáveis.

Sustentável (PLS) dos Institutos Federais (IFs)	Denize Demarche Minatti Ferreira; Hans Michael van Bellen	
---	---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Tomando como base os resultados encontrados, evidenciamos as principais temáticas e conceitos desenvolvidos e assim explicar de forma mais objetiva os resultados desta pesquisa.

4.1 Convergência da Contabilidade Pública aos Padrões Internacionais.

Estas normas, que traziam alguns conceitos das normas internacionais, foram muito importantes para a mudança do modelo contábil das entidades públicas, promovendo inovações neste setor. (Mata e Muniz, 2021). De acordo com o CFC (2020), apesar de toda revolução ocorrida no modelo contábil nacional, foi constatado que seria necessário avançar no processo de convergência às normas internacionais. (Mata e Muniz, 2021).

Neste cenário, a harmonização exige não apenas a tradução das normas para a língua portuguesa, mas a análise sobre a aplicabilidade do contexto das normas internacionais à realidade dos entes públicos brasileiros. (CFC, 2020).

Um forte argumento para as nações adotarem as IPSAS tem relação com demasiadas críticas dirigidas ao modelo de contabilidade de caixa puro devido à incompletude e irrelevância dos relatórios financeiros e a falta de parâmetros de desempenho confiáveis. (Mata e Muniz, 2021).

4.2 Gestão de Riscos Financeiros, Empresas com Mão de Obra Terceirizada, Administração Pública.

Freitas (2011) afirma que o inadimplemento das empresas contratadas para com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos colaboradores é um problema recorrente no âmbito da Administração Pública.

Nessa seara, o assunto é objeto de discussões intensas e reiteradas entre os atores sociais envolvidos, haja vista uma série de questões sobre direitos trabalhistas, dentre outros interesses políticos e institucionais (Valente, 2020).

Nesse cenário, a terceirização é uma ferramenta de negócios institucionalizada no setor privado para aumentar a flexibilidade operacional e fomentar ganhos econômicos. (Guimarães e Soares, 2021).

De acordo com Silveira (2017), é necessário observar diferentes perspectivas quando se avalia contratações públicas e os riscos que estão envolvidos.

4.3 Governança em Universidades, Auditoria Interna, Enfoque Institucional e Teoria da Agência.

Foram analisados dois artigos que versam sobre essa temática no ano estudado em questão. Frost et al. (2016) ensinam que a construção de um modelo de governança nas universidades públicas requer um processo de interação e negociação, que pode ajudar a melhorar o processo decisório e o desempenho das Instituições de Ensino Superior. (Soares, Felismino, Bravo, Nobre, Vasconcelos, 2021).

Assim, ante à necessidade de se repensar a gestão, merece destaque a criação de um setor responsável por gerir a implementação das práticas e princípios da boa governança em uma universidade pública. (Soares, Felismino, Bravo, Nobre, Vasconcelos, 2021).

De acordo com Trakman (2008), os assuntos relacionados à boa governança representam para as Intituições de Ensino Superior uma importante estratégia para o cumprimento de sua missão de interesse público, mediante atingimento das suas metas. (Soares, Felismino, Bravo, Nobre, Vasconcelos, 2021).

O setor de Auditoria Interna (AI) vem exercendo um protagonismo crescente nessas instituições, à medida que busca diminuir a assimetria de informação na relação de agência entre o agente e o principal. (Santos, Junior, Freitas e Tavares, 2021).

Segundo a lição de Martins et al., 2016 “Uma das formas de se reduzir o conflito de agência existente entre principal e agente no serviço público, tal qual em entidades privadas, é a adoção de um sistema de governança”. (Santos, Junior, Freitas e Tavares, 2021).

4.4 Gerenciamento de riscos corporativos nos Tribunais de Justiça, modelo COSO.

Com o aumento da preocupação das organizações com os riscos capazes de afetar os seus resultados, nos últimos anos intensificou-se a preocupação com o gerenciamento dos riscos corporativos (COSO, 2004, Huber & Scheytt, 2013).

Braga (2017) aponta que o gerenciamento de risco é um processo longo que progride mais recentemente no mundo corporativo. Com efeito, estruturas padronizadas constituem-se ferramentas necessárias a estruturação da gestão de riscos nas organizações. (Oliveira e Libonati, 2021).

A gestão de risco compreende todas as atividades direcionadas a corrigir e controlar uma organização no que se refere ao risco. Perpassa por todos os níveis da organização, desde o estabelecimento de objetivos ao monitoramento. (Oliveira e Libonati, 2021).

4.5 Efeitos na Descontinuidade do Orçamento Participativo.

A literatura recente que trata sobre orçamento participativo vem apontando um declínio em sua utilização por municípios, sobretudo no Brasil (de Renzio et al., 2019; Dias et al., 2019).

Avritzer (2008) discute que os desenhos participativos variam em pelo menos três aspectos: na maneira como a participação se organiza; como o Estado se relaciona com a participação e como a legislação exige do governo a sua implementação. (Azevedo, Cardoso e Cunha, 2021).

Um dos efeitos positivos da adoção do orçamento participativo tem sido apontado, como o aumento da transparência dos gastos, que tem o potencial de reduzir ineficiências e corrupção do governo. (Wampler, 2007).

Os municípios com maior quantidade de conselhos municipais e que possuem uma maior quantidade de organizações sociais são aqueles que estão adotando Orçamento Participativo. (Azevedo, Cardoso e Cunha, 2021).

4.6 Impacto dos Recursos, Obtenção de Receita Tributária nos Municípios brasileiros.

Estudos indicam problemas no federalismo brasileiro. É a falha na estrutura administrativa tributária que implica baixa capacidade de gerar receitas próprias, situação que é aprofundada por causa da alta rigidez no orçamento público. (IFGF, 2019).

Incentivar um comportamento fiscal responsável evita que os custos pela falta de responsabilidade, quanto aos gastos locais sejam compartilhados ao conjunto da federação. (Cossio, 1998; Oates, 2005; Orair, 2016).

Dessa forma, a teoria normativa inicial do federalismo fiscal procurou definir as competências tributárias e as responsabilidades da provisão dos bens públicos entre os níveis de governo. (Mendes, 2004).

4.7 Alocação de Gastos Públicos, Geração de Educação.

Em decorrência dos baixos indicadores de educação alcançados pelo Brasil, a sociedade se tornou mais exigente no que concerne à eficiência na utilização dos recursos públicos. (Soares, 2021).

Não basta apenas que o Estado obtenha vultuosos recursos, mas impõe-se necessário, também, se proceder à análise de sua aplicação (Wilson, 2005), de modo a garantir que o princípio da eficiência, seja cumprido. (Soares, 2021).

O setor público precisa ser norteado por um sistema de informações e práticas que permitam avaliar a eficiência e, conseqüentemente, as conquistas sociais (Soares, Rodrigues e Marques, 2020).

Siedenberg (2011, p. 55) afirma que por meio dos indicadores é possível avaliar os “pontos fortes e fracos, assim como o sucesso ou fracasso de uma estratégia de desenvolvimento”. (Soares, 2021).

4.8 Aderência ao Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

É indispensável que a CASP deixe de registrar, controlar e demonstrar a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e resgate seu objeto como ciência, que é o patrimônio público, em sua totalidade. (Martha, Bianchi, Venturini e Machado, 2021).

O processo de harmonização aos padrões internacionais de contabilidade surgiu com o intuito de permitir a unificação em nível global das informações contábeis nos diferentes países e de aumentar a comparabilidade. (Martha, Bianchi, Venturini e Machado, 2021).

No entanto, os municípios encontram certas dificuldades com as mudanças na CASP, devido à falta de apuração de informações patrimoniais para adaptação aos novos procedimentos (Jacob & Santos, 2015).

A eficiência está associada à gestão adequada dos recursos financeiros públicos com responsabilidade, e a eficácia é a utilização correta do recurso para investimentos e serviços em consonância com a necessidade da sociedade (Viana, 2010).

4.9 Eficiência Judicial nos Tribunais Estaduais Brasileiros.

Tal como em todos os setores governamentais, aquelas entidades que prestam serviços judiciais também devem ser responsabilizadas pela qualidade de sua entrega. (Tenório e Souza, 2021).

Mesmo considerando que a necessidade da mensuração do desempenho seja indiscutível (Worthington & Dollery, 2000), ainda são necessários maiores estudos sobre como medir e melhorar a dimensão da eficiência (Hood, 2011).

O entendimento dos fatores que levam um tribunal a atingir determinados níveis de eficiência relativa ainda são insuficientemente examinados na literatura empírica (Gomes & Guimarães, 2013; Voigt, 2016).

Precisam ser observadas as peculiaridades de cada setor, sem buscar a fixação de padrões idênticos para todas as camadas da administração pública. (Pacheco 2009).

4.10 Sustentabilidade, Instituições de Ensino Superior, e Planos de Gestão de Lógica Sustentável.

O conceito de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior é discutido mundialmente desde 1975, com o Programa Internacional de Educação Ambiental (PNUMA). (Barros, Souza, Carvalho, Ferreira e Bellen, 2021).

Lozano et al. (2014) afirmam que, desde a década de 70, as instituições de ensino vêm se esforçando para melhor incluir as questões socioambientais e de sustentabilidade em seus processos. (Barros, Souza, Carvalho, Ferreira e Bellen, 2021).

Uma instituição de ensino quando engajada com a sustentabilidade, precisa ter a capacidade de proporcionar o progresso e a inclusão nos diversos aspectos de justiça social e que não lese o meio na qual está introduzida. (Tumbas, Matkovic e Pavlicevic, 2015).

Nesse sentido, Luiz, Pfitscher & Rosa (2015) propõem um rol de ações e indicadores para avaliar o desempenho socioambiental nos órgãos públicos federais. (Barros, Souza, Carvalho, Ferreira e Bellen, 2021).

4.11 Agenda de Pesquisa constante nos Artigos Pesquisados (Ano 2021).

Conforme exposto anteriormente, vê-se a importância do tema, como a Contabilidade Pública permeia em todos os âmbitos da sociedade. O quadro abaixo, aborda as agendas de pesquisas sugeridas nos trabalhos encontrados.

Quadro 4- Agenda de Pesquisa constante nos Artigos Pesquisados (Ano 2021).

Obra e agenda de pesquisa sugerida
Mata, R. S. da; Muniz, J. M. B. (2021): (i) Investigar o estágio do processo de convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais em outros municípios, bem como, estudos comparativos e relacionar índices socioeconômicos com o nível de divulgação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.
Guimarães, D. E. L.; Soares, C. S. (2021): (i) Desenvolvimento de novos estudos acerca das razões que dificultam a implementação da Gestão de Riscos Financeiros nas Empresas com Terceirização de Mão de

Obra na Administração Pública.
Soares, L. F.; Felismino, M. M.; Bravo, C. B.; Nobre, A. P. S. dos S.; Vasconcelos, A. C. de. (2021): (i) Novos estudos que envolvem Governança Universitária em Universidades Federais devem ser desenvolvidos envolvendo não só, a Secretaria de Governança, mas também, outros <i>stakeholders</i> que fazem parte da comunidade acadêmica.
Oliveira, T. F. S.; Libonati, J. J. (2021): (i) Desenvolvimento de estudos que identifiquem as variáveis causadoras de discordância entre as percepções dos grupos avaliados, identificando os motivos que ensejam essa diferença segundo a formação acadêmica dos participantes considerando o gerenciamento de riscos corporativos dentro do Poder Judiciário.
Santos, L. J. S. d.; Júnior, J. I.; Freitas, M. A. L. d.; Tavares, M. F. N. (2021): (i) Realizar estudos de auditorias internas nas Universidades Federais do país, analisando diferentes variáveis que expliquem a eficácia da auditoria interna nessas instituições.
Azevedo, R. R. d.; Cardoso, R. L.; Cunha, A. S. M. d. (2021): (i) Analisar a relação entre a perda de credibilidade do processo orçamentário e a descontinuidade do orçamento participativo e desta com a alternância política tendo em vista a entrada de partidos de esquerda.
Rodrigues, I. R.; Rezende, A. J.; Dalmácio, F. Z. (2021): (i) Avaliar o comportamento dos municípios quanto as práticas de benefícios tributários e, estudos de casos para analisar as práticas usadas na busca pelo aprimoramento arrecadatário.
Soares, M. F. (2021): (i) Novos estudos relatando a eficiência dos estados na alocação de gastos públicos nas áreas sociais, análise comparativa durante a crise econômica, política e na saúde verificando o influxo nos resultados sociais.
Martha, F. N.; Bianchi, M.; Venturini, L. D. B.; Machado, V. N. (2021): (i) Comparar a aderência aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais entre os municípios com mais de cinquenta mil habitantes em relação aos municípios com número menor; análise de quais dificuldades encontradas na adoção dos procedimentos contábeis.
Tenório, T. R. d. S.; Souza, F. G. d. (2021): (i) Desenvolvimento de estudos acerca de variáveis do Poder Judiciário.
Barros, A. C. d. S.; Souza, N. A. d.; Carvalho, J. d. L.; Ferreira, D. D. M.; Bellen, H. M. v. (2021): (i) Realização de estudos que narrem a percepção da comunidade acadêmica quanto ao Plano de Gestão de Logística Sustentável e as práticas sustentáveis implantadas nas instituições, identificando as dificuldades dos gestores nesse processo.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi direcionada a produzir uma amostragem contendo a agenda de pesquisa presente em artigos científicos do renomado congresso nacional, no USP *International Conference in Accounting*. Para tanto, nosso objetivo foi o de realizar este

levantamento visando a elucidação e condução de novos trabalhos na área da Contabilidade Pública.

Constatou-se que grande parte dos artigos publicados delimitam seus estudos para uma abordagem dentro de prefeituras, de universidades e tribunais de justiça, abordando diversas temáticas. Questões sobre controle interno, governança e transparência constituem maior número dentre os estudos realizados.

A análise dos artigos permitiu perceber que a eficiência dos gastos públicos, como um todo, provoca uma preocupação no sentido de requerer estudos que acompanhem e qualifiquem os resultados gerados com a utilização do dinheiro público.

Apesar de alguns estudos possuírem sucesso em suas análises, constatamos que diversas áreas ainda necessitam de uma melhor gestão de implantação, bem como do uso de indicadores que permitam resultados consistentes quando se leva em consideração as dimensões representadas pelo setor público.

Além disso, nem todos os trabalhos analisados possuem uma recomendação para estudos futuros, embora esta seja uma limitação dessa pesquisa, também nos denota que dentro da análise estrutural de um artigo científico, pontuar uma agenda de pesquisa ainda é um desafio.

A agenda de pesquisa foi escolhida para fins de revisão pois é um item instrutivo que apesar de ser abordado em grande número dos artigos, possui pouco destaque dentro dos trabalhos publicados. Ela auxilia nos estudos recentes e futuros, e somado a isso reúne as propostas de diversos autores sobre temas que possuem ainda uma certa carência de estudos.

As limitações do nosso artigo consistem no fato de nem todos os trabalhos possuírem uma recomendação para estudos futuros, e na amostra feita analisando apenas o ano de 2021, de estudos publicados no USP *International Conference in Accounting*. Para pesquisas futuras recomendamos que sejam analisados outros anos de pesquisas e outras áreas além da Contabilidade Pública.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. O. DE; SAMPAIO, T. S. L.; RODRIGUES, R. C.; MACHADO, M. V. V. Aderência dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza a implantação de Sistemas

de Controle. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ARRUDA, C. R. O Papel da Controladoria na Administração Pública. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

AZEVEDO, R. R. de.; CARDOSO, R. L.; CUNHA, A. S. M. da. Efeitos políticos na descontinuidade do orçamento participativo em municípios. *In: 21° USP International Conference in Accounting*. São Paulo, 28 a 30 jul. 2021. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org. Acesso em: 14 mar. 2022.

AZEVEDO, R. R. DE; LEROY, R. S. D.; PIGATTO, J. A. M. Efeitos das vinculações orçamentárias na acumulação de gastos ao final do exercício em prefeituras do Estado de São Paulo. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BARROS, A. C. de S.; SOUZA, N. A. de; CARVALHO, J. de L.; FERREIRA, D. D. M.; BELLEN, H. M. V. Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES): Uma Análise Preliminar dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) dos Institutos Federais (IFs). *In: 21° USP International Conference in Accounting*. São Paulo, 28 a 30 jul. 2021. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org. Acesso em: 19 mar. 2022.

CABRAL, L. DE M.; AQUINO, A. C. B. DE. Movimento ocular e desafios cognitivos na compreensão de Relatórios Populares. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CARVALHO, J. DE L.; SANTOS, T. L. DOS; FERREIRA, Y. C. DE S. L. Análise Bibliográfica de Perspectivas Sobre Accountability e a sua Relação com Controle Interno aplicado na Gestão Pública. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FABRE, V. V.; BONFANTE, E. A. Produção Científica sobre Contabilidade Pública: Estudo Bibliométrico dos Últimos 10 Anos. **XIV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, SÃO PAULO, 2017. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/340.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FÉLIX, L. P. Evolução da contabilidade pública no Brasil. **Centro Universitário de Brasília-UNICEUB**: Faculdade de tecnologia e ciências sociais aplicadas- FATECS, Brasília-DF, ano 2013, 19 nov. 2013. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5001/1/21005066.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FREITAS, D. F. F. de. **A origem da prática da contabilidade pública no Brasil**. [s. l.]. Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica//finais_site/105.pdf. Acesso em: 14 nov. 2021.

GOMES, F. F. A evolução da contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem sobre as transformações e o crescimento da importância da contabilidade pública federal. **ENAP: Escola Nacional de Administração Pública**: Diretoria de formação profissional coordenação-geral de especialização, Brasília- DF, 2016. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2869/1/Fredson%20Ferreira%20Gomes.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

GUIMARÃES, D. E. L.; SOARES, C. S. Reflexos da Adoção de Mecanismos de Gestão de Riscos Financeiros nas Empresas com Terceirização de Mão de Obra na Administração Pública. *In: 21º USP International Conference in Accounting*. São Paulo, 28 a 30 jul. 2021. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org. Acesso em: 5 mar. 2022.

HELFENSTEIN, L. G.; SANTI, D. G. DE; VESCO, D. G. D.; JUNIOR, W. D. DE S. Análise da percepção dos profissionais do controle interno municipal sobre as funções da controladoria. *In: 20º USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

JACOB, A. de M. Plano de contas aplicado ao setor público: desafios e benefícios. **Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP**. Brasília, Jul. 2015. Disponível em: <http://191.232.186.80/handle/123456789/1893>.

JUNIOR, F. M. DA S.; REIS, T. A.; CRUZ, C. F. DA. Alocação de Recursos Públicos em Campanhas Eleitorais: Um Estudo das Eleições Municipais Fluminenses de 2016. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

JUNIOR, R. P. DA S.; SILVA, M. V. D. DE C. Gastos Públicos com Saúde Municipal e Accountability Eleitoral: Um Estudo à Luz da Teoria da Agência. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

KIEKOW, A. S.; BERTOLLO, D. L.; MARCHALEK, A. L.; TRIACA, R.; MOTTA, M. E. V. O Contador Público na Atualidade: Estudo Exploratório na Região Metropolitana da Serra Saúcha. **XV Mostra de iniciação científica: Pós-Graduação, pesquisa e extensão: Programa de pós-graduação em administração-UCS**, Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvmostrappga/paper/viewFile/4229/1386>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MARTHA, F. N.; BIANCHI, M.; VENTURINI, L. D. B.; MACHADO, VANESSA N. Aderência dos Municípios do Rio Grande do Sul ao Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP). *In: 21° USP International Conference in Accounting*. São Paulo, 28 a 30 jul. 2021. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org. Acesso em: 31 mar. 2022.

MATA, R. S. da.; MUNIZ, J. M. B. Adoção das IPSAS pelo Setor Público: uma análise do processo na Prefeitura Municipal de Vitória (ES). *In: 21° USP International Conference in Accounting*. São Paulo, 28 a 30 jul. 2021. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org. Acesso em: 2 mar. 2022.

MIRANDA, L. C.; LAURINHO, I. S. Falta de Tempestividade na Apreciação das Contas Municipais por parte dos Tribunais de Contas Brasileiros. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MOTA, S. C.; OLIVEIRA, A. R. V. DE; VASCONCELOS, A. C. DE. Eficiência do Atendimento Assistencial nos Hospitais Universitários Administrados pela EBSERH. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São PAULO, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

NASCIMENTO, D. F.; PINTO, D. DE P.; FONSECA, I. G.; PAIVA, V. P. DE S. Calamidade Financeira: Análise dos Estados Brasileiros no Período de 2012 A 2018. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

NASSIF, S. M. DE S.; OLIVEIRA, J. R. S. Qualidade do Controle Interno das Prefeituras dos Maiores Municípios Baianos. *In: 20° USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

OLIVEIRA, A. R. V. DE; MOTA, S. C.; VASCONCELOS, A. C. DE. A Eficiência da Administração Pública nos Gastos com Saúde nos Municípios Mais Populosos do Ceará, com base na Análise Envoltória de Dados. *In: 20° USP International Conference in Accounting*,